
CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Ata da: **74ª Reunião**
Local: **CETESB** — São Paulo - SP
Data: **20.02.2019**
Início: **10:00 h**
Término: **12:30 h**

Presidente: Fábio Villas Bôas
Secretário Executivo: M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção

1. PARTICIPANTES

Edison Borges – ASBEA
Fábio Villas Bôas – SINDUSCON SP – COMASP
João Victor Nery Nascimento dos Santos – SINICESP
Lilian Sarrouf – SINDUSCON SP
Rivaldo França Mello - AESAS
Vanessa Dias – SINDUSCON SP – COMASP
Wilson de Andrade Castilho – ABCR
Aruntho Savastano Neto – CETESB
Christiane Hatsumi Tajiri – SMA – CPLA
Denize C. Cavalcanti – SMA - CPLA
Fabiano Toffoli – CETESB
Fernanda Nader - SMA – CPLA
João Antônio Romano – CETESB
Joao Luiz Potenza – CETESB
Márcia Sayuri Ohba – CETESB
Maria Heloisa P. L. Assumpção – CETESB
Richard Hiroshi Ouno – CETESB
Rodrigo Passos Cunha - CETESB
Solange Medeiros Miranda – CETESB
Vitor de Lima Costa – CETESB

2. ASSUNTOS TRATADOS

Heloisa deu início à reunião apresentando o Sr. Aruntho, representando a Dra. Patrícia Iglesias, Presidente da CETESB, e o Sr. Hiroshi, novo gerente da Divisão de Coordenação Setorial. Informou que deixou de ser suplente e assumiu a secretaria executiva da Câmara Ambiental da Indústria da Construção - CA Construção e que o Sr. João Romano passou a ser o secretário suplente.

Aruntho ressaltou a importância da CA Construção e dos trabalhos relevantes já realizados pela mesma. O Hiroshi também falou da importância das Câmaras Ambientais como canal de comunicação entre setor produtivo e governo.

Fábio Villas Boas fez uma apresentação do que é a CA Construção, informando quais são os seus membros, produtos e grupos de trabalho. Ressaltou que a Câmara Ambiental facilita a condução das questões ambientais.

Aruntho comentou sobre a importância da DD 38/2017, relativa a áreas contaminadas, e afirmou que algumas questões ainda poderiam ser aperfeiçoadas. Fábio afirmou que é unânime que, apesar de serem necessários pequenos ajustes, foi um grande avanço. O Rivaldo comentou que as reivindicações do setor foram atendidas na Instrução Técnica correspondente, mas que o ideal, para maior segurança jurídica, seria que fossem incorporadas à própria DD.

Lilian fez uma apresentação das ações do SindusConSP e, mais especificamente, do Comitê de Meio Ambiente - COMASP. Fábio afirmou que a intenção da apresentação era mostrar que muito já foi feito. Existe uma ação coordenada entre o COMASP, AESAS e outras entidades buscando a melhoria, pois como setor não é homogêneo, ainda existe muitas empresas

despreparadas.

Heloisa informou que enviou, por e-mail, aos membros da CA Construção, o regimento interno das Câmaras Ambientais e, em função do adiantado da hora, dispensou a leitura da Ata solicitando que eventuais alterações fossem enviadas a ela. Na inexistência de correções, a Ata seria considerada aprovada.

Rodrigo Cunha falou que, com relação ao GT de Rodovias, havia a expectativa de ser apresentada nessa reunião a revisão da Resolução SMA 30/2000 relativa ao cadastramento de áreas de apoio, visto estar esclarecida a pendência com a ANM (antigo DNPM), mas que como havia se passado mais de um ano ele realizou uma reunião com o Setor e agendou uma reunião com as diretorias da CETESB, pois houve a troca de direção na Cia.

Denize, do GT de Construção Sustentável, fez uma apresentação contendo um histórico das normativas e das ações correlatas ao tema, já realizadas pelo antigo GT, agora reativado. Informou que existe uma Resolução da CETESB reativando o GT e designando seus membros, mas ela propôs que os membros antigos sejam incluídos. Heloisa sugeriu que esses fossem chamados a participar e, só se houvesse a necessidade, seria solicitada a inclusão formal. Denize expôs o resultado do questionário enviado anteriormente às diferentes entidades, relativo às boas práticas de construção sustentável, destacando o FDE, que é um case de sucesso, e apresentou as propostas do GT para 2019. Afirmou que o prazo, inicialmente colocado no plano de trabalho, não terá como ser cumprido em função do tempo decorrido para a reativação. Heloisa orientou que fosse apresentada justificativa e um novo cronograma.

Fabio ressaltou que em diferentes países foi o setor público que estabeleceu prazo para a obrigatoriedade da adoção de práticas de sustentabilidade para o próprio setor público e que o setor privado aderiu, na sequência. A implantação representa custo, mas o retorno vem ao longo da operação.

Denize falou do desafio do GT em buscar alternativas para produtos padronizados e de cláusulas para editais, mas que a Secretaria da Fazenda terá que aceitar para inserção na bolsa de compras sustentáveis. Questionou ainda, como se daria a participação de representantes de outros órgãos.

Marcia Ohba fez um histórico dos trabalhos do GT de Solos e informou quem são os seus membros pelo setor e pela CETESB. A principal demanda é a movimentação de solo e o entrave é o Código de mineração, legislação federal de difícil alteração. Afirmou que conversou com a Ana Lucia, da ANM, que elaborou a nota técnica específica para rodovias. Falou, ainda, com o Marcos Vinicius, coordenador de São Paulo, que se colocou a disposição para participar de reunião a ser agendada.

Lilian afirmou que os aterros estão exigindo laudo para recebimento de solo. Rivaldo afirmou que os aterros só recebem com classificação pela NBR 10.004. Heloisa afirmou que não identificou nas licenças a exigência desses laudos e sugeriu que fosse consultado algum aterro para identificar o porquê da solicitação. Fabio afirmou que solo não é resíduo e falou da grande diferença de preço cobrada pelos aterros para disposição de resíduos classes II A e II B. Vítor afirmou que o problema principal é o entendimento se solo é ou não resíduo. Esclareceu, ainda, que, se a área não teve potencial de contaminação, não precisa análise química e que, de acordo com a DD 38/2017, poderia inclusive ir para outra obra ou aterro.

João Potenza relatou que está dando andamento ao convênio SindusCon/CETESB. Está aguardando a Diretoria Administrativa para definição de como será tratada a questão da melhoria do sistema no Setor de Informática da CETESB.

A próxima reunião plenária da CA Construção foi agendada para 08.05.2019, na sede da CETESB, às 10 h.

Eng.º Maria Heloisa Pádua Lima de Assumpção
Secretária Suplente da CA da Indústria da Construção